

# A Tutela Internacional da Propriedade Intelectual

**2020 · 2ª edição revista e atualizada**

**Dário Moura Vicente**

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

**O DIREITO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO IV**  
**MOVIMENTOS SOCIAIS, TECNOLOGIA E A ATUAÇÃO DO ESTADO**  
© ALMEDINA, 2020

AUTOR: Dário Moura Vicente  
DIAGRAMAÇÃO: Almedina  
DESIGN DE CAPA: FBA  
ISBN: 978-85-8493-604-5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Vicente, Dário Moura  
A tutela internacional da propriedade  
intelectual / Dário Moura Vicente. – 2. ed.  
rev. e atual. – São Paulo : Almedina, 2020.

Bibliografia  
ISBN 978-85-8493-604-5

1. Capital intelectual 2. Propriedade intelectual
3. Propriedade intelectual (Direito internacional)
4. Tutela internacional I. Título.

20-32550

CDU-347.77

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Propriedade intelectual: Tutela internacional: Direito 347.77

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Fevereiro, 2020

EDITORA: Almedina Brasil  
Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil  
editora@almedina.com.br  
www.almedina.com.br

## ÍNDICE GERAL

DO AUTOR	5
NOTA PRÉVIA	9
PLANO DA OBRA	11
INTRODUÇÃO	13
§ 1.º A propriedade intelectual e os problemas que suscita a sua tutela internacional	13
I – Sobre a noção de propriedade intelectual	13
II – Problemas que suscita a sua tutela internacional	17
III – Exemplificação	20
§ 2.º Atualidade e relevância do tema	23
I – A expansão da propriedade intelectual	23
II – A globalização dos mercados	25
III – A sociedade da informação	26
IV – O desenvolvimento económico	27
V – A proteção da saúde pública	28
VI – O acesso à cultura e à informação	30
VII – A produção normativa recente sobre o tema	31
§ 3.º Plano da exposição	36
CAPÍTULO I – AS DIFERENTES CONCEÇÕES NACIONAIS EM MATÉRIA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, CONCORRÊNCIA DESLEAL E SEGREDOS DE NEGÓCIOS	37
§ 4.º Posição do problema	37

§ 5.º	Direitos de autor e conexos	38
	I – <i>Droit d'auteur e copyright</i>	38
	II – Fatores determinantes da diversidade dos sistemas nacionais	57
§ 6.º	Direitos sobre sinais distintivos de comércio	62
	I – Marcas	62
	II – Nome comercial	71
	III – Denominações de origem	74
§ 7.º	Direitos sobre criações intelectuais de aplicação industrial	75
	I – Patentes de invenção	75
	II – Modelos de utilidade	84
	III – <i>Design</i>	86
§ 8.º	Concorrência desleal e segredos de negócios	88
	I – Preliminares: concorrência desleal e propriedade intelectual	88
	II – A diversidade dos sistemas nacionais em matéria de concorrência desleal	89
	III – O regime particular dos segredos de negócios	96
CAPÍTULO II – A HARMONIZAÇÃO E A UNIFICAÇÃO INTERNACIONAIS DO DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E OS SEUS LIMITES		109
§ 9.º	Enunciado da questão	109
§ 10.º	A harmonização e a unificação internacionais do regime jurídico dos direitos de autor e conexos	110
	I – Os fundamentos do sistema internacional	110
	II – A universalização da tutela do direito de autor	116
	III – A integração do direito de autor no sistema do comércio internacional	118
	IV – As novas tecnologias e o direito de autor	125
	V – A harmonização europeia do Direito de Autor	126
	VI – Outros instrumentos regionais de harmonização e unificação do Direito de Autor	136
	VII – A harmonização e a unificação internacionais do regime jurídico dos direitos conexos	137
	VIII – Os limites da harmonização e da unificação empreendidas	142
§ 11.º	A harmonização e a unificação internacionais do regime jurídico da propriedade industrial	145
	I – As componentes do sistema internacional	145
	II – Os fundamentos do sistema internacional	147
	III – A «marca internacional»	149
	IV – A cooperação internacional em matéria de desenhos industriais	152

V – A cooperação internacional em matéria de denominações de origem e indicações geográficas	152
VI – A cooperação internacional em matéria de patentes	154
VII – A patente europeia	156
VIII – A liberalização do comércio internacional e a propriedade industrial	158
IX – A harmonização e a unificação europeias do Direito da Propriedade Industrial	162
X – Outros instrumentos regionais de harmonização e unificação do Direito da Propriedade Industrial	181
XI – Sentido geral da evolução registada; limites da harmonização e da unificação empreendidas	183
§ 12.º A harmonização e a unificação internacionais do regime jurídico dos direitos <i>sui generis</i> sobre bens intelectuais	188
I – Preliminares	188
II – Topografias de produtos semicondutores	189
III – Bases de dados	193
IV – Nomes de domínio	196
V – Obtenções vegetais	201
VI – Conhecimentos tradicionais	204
VII – Expressões culturais tradicionais	209
§ 13.º A harmonização e a unificação internacionais do regime jurídico da concorrência desleal e dos segredos de negócios	211
I – Os fundamentos do sistema internacional	211
II – A tutela internacional dos segredos de negócios	213
III – A harmonização europeia do regime jurídico da concorrência desleal e dos segredos de negócios	214
CAPÍTULO III – O DIREITO APLICÁVEL À PROPRIEDADE INTELLECTUAL, À CONCORRÊNCIA DESLEAL E À TUTELA DOS SEGREDOS DE NEGÓCIOS	225
§ 14.º Preliminares	225
I – Necessidade e possibilidade do recurso a regras de conflitos	225
II – Âmbito da exposição subsequente	230
III – Fontes a considerar	230
§ 15.º Direito aplicável à titularidade, ao conteúdo e ao âmbito da proteção conferida aos direitos de propriedade intelectual	231
I – Direitos de autor e conexos	231
II – Direitos de propriedade industrial	280
III – Direitos <i>sui generis</i>	304

§ 16.º	Direito aplicável aos contratos relativos a direitos sobre bens intelectuais e à gestão coletiva dos direitos de autor e conexos	311
	I – Contratos relativos à criação, utilização e exploração de bens intelectuais	311
	II – Gestão coletiva dos direitos de autor e conexos	341
§ 17.º	Direito aplicável às obrigações extracontratuais resultantes da violação de direitos de propriedade intelectual e de atos de concorrência desleal e de violação de segredos de negócios	348
	I – Obrigações extracontratuais resultantes da violação de direitos de propriedade intelectual	348
	II – Obrigações extracontratuais resultantes de atos de concorrência desleal	368
	III – Obrigações extracontratuais resultantes da violação de segredos de negócios	383
§ 18.º	Direito aplicável aos meios jurisdicionais de tutela da propriedade intelectual	385
CAPÍTULO IV – O TRIBUNAL COMPETENTE E O RECONHECIMENTO DE DECISÕES ESTRANGEIRAS EM MATÉRIA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, DE CONCORRÊNCIA DESLEAL E DE SEGREDOS DE NEGÓCIOS		
		391
§ 19.º	Preliminares	391
	I – Posição do problema; interesses em jogo	391
	II – Fontes a considerar	392
§ 20.º	Tribunal competente para os litígios relativos a direitos de propriedade intelectual	396
	I – Universalidade e territorialidade na determinação do tribunal competente em matéria de propriedade intelectual	396
	II – Litígios relativos à titularidade de direitos intelectuais	407
	III – Determinação do lugar do facto danoso nos litígios fundados na violação de direitos intelectuais	409
	IV – Extensão da competência	424
	V – Litispendência e conexão	436
	VI – Providências cautelares	441
	VII – Tribunais supranacionais	443
	VIII – Balanço	448
§ 21.º	Tribunal competente para os litígios relativos a contratos sobre bens intelectuais	450
	I – O regime dos pactos de jurisdição	450
	II – A competência do foro do lugar do cumprimento da obrigação	451

III – A proteção da parte mais fraca	454
§ 22.º Tribunal competente para os litígios relativos a atos de concorrência desleal e a violações de segredos de negócios	456
I – Tribunal competente para os litígios relativos a atos de concorrência desleal	456
II – Tribunal competente para os litígios relativos a violações de segredos de negócios	459
§ 23.º Reconhecimento de decisões estrangeiras em matéria de propriedade intelectual, de concorrência desleal e de segredos de negócios	460
I – Sistemas de reconhecimento	460
II – Fundamentos de recusa do reconhecimento	461
 CAPÍTULO V – OS MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE TUTELADA PROPRIEDADE INTELECTUAL	469
§ 24.º Generalidades	469
§ 25.º Arbitragem	471
I – Posição do problema	471
II – Arbitrabilidade dos litígios relativos a direitos de propriedade intelectual	471
III – Direito aplicável ao mérito da causa	483
IV – Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras	487
§ 26.º Mediação e conciliação	490
I – Conceito, fontes de regulação e problemas que suscitam em matéria de propriedade intelectual	490
II – Admissibilidade e adequação aos litígios em matéria de propriedade intelectual	492
III – Regras aplicáveis	493
IV – Eficácia transfronteiras dos acordos celebrados em processos de mediação ou conciliação	494
§ 27.º Outros meios de tutela extrajudicial da propriedade intelectual	496
I – Preliminares	496
II – Meios <i>sui generis</i> de resolução de litígios relativos a nomes de domínio	496
III – O sistema de resolução de litígios da Organização Mundial de Comércio	504
IV – Procedimentos relativos à intervenção de autoridades aduaneiras	507
 CONCLUSÕES	509
§ 28.º Conclusões	509

BIBLIOGRAFIA	517
JURISPRUDÊNCIA	573
PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS	587